## COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES PROJETO DE LEI Nº 4.959, DE 2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos DETRANS, disponibilizar informações sobre o Exame de Alcoolemia (Etilômetro, Etilotestes ou Bafômetro), na sua página na Internet e dá outras providências

**Autora:** Deputada MAGDA MOFATTO **Relatora:** Deputada CHRISTIANE DE

SOUZA YARED

### I - RELATÓRIO

O projeto de lei em análise, de autoria da Deputada Magda Mofatto, pretende instituir a obrigação de divulgação, na internet, de informações acerca de equipamentos destinados à medição da concentração de álcool no ar alveolar, conhecidos como etilômetros ou bafômetros. O PL prevê também que, nas operações de fiscalização, devam ser apresentados aos condutores os documentos que comprovam a regularidade do equipamento utilizado no exame.

A proposição foi distribuída às Comissões de Viação e Transportes – CVT – e de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC – (art. 54 RICD) e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. O projeto segue em regime de tramitação ordinária.

Durante o prazo regimental, não foi apresentada emenda nesta Comissão.





É o relatório.

#### II - VOTO DA RELATORA

O objetivo da proposição em tela é, conforme apresentado na justificação, corroborar a Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, conhecida como Lei Seca. A Autora ressalta que a aplicação de penalidades tem sido questionada por falta de comprovante de aferição dos etilômetros utilizados nos testes. Para resolver os problemas citados, propõe a obrigação da disponibilização, no sítio eletrônico do órgão de trânsito, de informações sobre os equipamentos em uso. Ademais, pretende obrigar os agentes de trânsito a apresentar aos condutores os documentos que atestam a validade da aferição do equipamento.

Estamos de acordo com a Autora no sentido de que temos de buscar meios para evitar questionamentos acerca dos exames. Indubitavelmente, é necessário que os equipamentos estejam em situação regular, confiáveis e aferidos, de modo a não produzir provas incoerentes com a realidade. Outrossim, é fundamental para o autuado a transparência a respeito do equipamento utilizado. Gostaríamos, entretanto, de propor algumas modificações no texto, conforme explicado a seguir.

Inicialmente, destacamos que a matéria deve ser tratada na Lei nº 9.503, de 1997, Código de Trânsito Brasileiro – CTB. Dessa forma, incluímos no substitutivo em anexo dispositivo para tratar especificamente do documento entregue ao condutor (auto de infração) referente a infrações comprovadas com uso de etilômetros. Com efeito, a divulgação de algumas informações sobre o equipamento utilizado na fiscalização já é obrigatória, nos termos

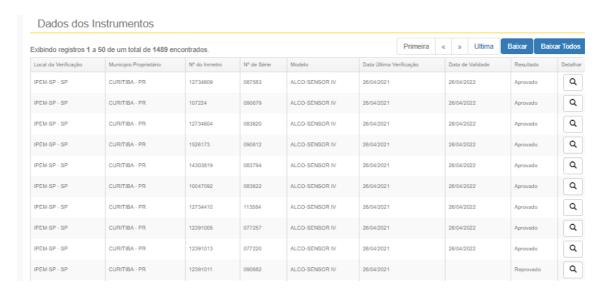




### CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete da Deputada <mark>Christiane de Souza Yared</mark> - PL/PR

do inciso III do art. 8º da Resolução nº 432, de 23 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Trânsito – Contran. Não obstante, a prescrição em lei tornará a exigência menos suscetível a mudanças repentinas.

Ressaltamos que as informações contidas no art. 1º do PL em análise, além de outras, já estão disponibilizadas no sítio eletrônico¹ do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro. Diante disso, propomos que, além da validade do certificado de verificação do equipamento utilizado, seja divulgado o supracitado sítio eletrônico. Por ser único para todo o País e armazenar a informação atualizada dos equipamentos (proveniente do órgão que emite os certificados e estabelece sua validade), tornase mais adequado para ser objeto de consulta pelo cidadão. Nele é possível a conferência de informações acerca da regularidade do equipamento²:



Cumpre-nos dizer que a disponibilização de informações sobre o equipamento no sítio eletrônico do **órgão de** 

Tels (61) 3215-5201/3201 | dep.christianedesouzayared@camara.leg.br

<sup>2</sup> Seleção de etilômetros do Município de Curitiba/PR. Consulta realizada em 4 de maio de 2021.





<sup>1</sup> Disponível em <a href="https://servicos.rbmlq.gov.br/lnstrumento">https://servicos.rbmlq.gov.br/lnstrumento</a>

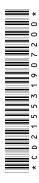
trânsito, nos termos inicialmente propostos, em nada alteraria o resultado dos ensaios de verificação metrológica. Ao contrário. Com a aprovação da proposta, poderíamos ter a invalidação de penalidades pela simples falta ou desatualização da informação no sítio eletrônico do órgão de trânsito, mesmo com o equipamento em situação regular e o motorista sem condições de dirigir. Abriríamos, portanto, mais uma possibilidade para interposição de recursos. Certamente não foi a intenção desejada.

Por outro lado, com obrigatoriedade da divulgação do endereço eletrônico do órgão metrológico no auto de infração, nos termos do substitutivo, o cidadão passaria a ter informações necessárias, e de forma clara, para verificar a regularidade do equipamento e, por conseguinte, a legalidade da autuação.

Diante do exposto, no que cabe a esta Comissão analisar, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 4.959, de 2019, na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2021.

#### CHRISTIANE DE SOUZA YARED PL-PR





## COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES SUBSTITUTIVO AO ROJETO DE LEI Nº 4.959, DE 2019

Altera a Lei nº 9.503, de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre auto de infração de infração comprovada com uso de etilômetro.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre auto de infração de infração comprovada com uso de aparelho destinado à medição do teor alcoólico no ar alveolar (etilômetro).

Art. 2º O art. 280 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

`Art.	
280	

- § 5º Para infrações comprovadas com uso de aparelho destinado à medição do teor alcoólico no ar alveolar (etilômetro), do auto de infração deverá constar, ao menos:
- I a marca, o modelo e o número de série do aparelho;
- II a data de validade do certificado de verificação do aparelho e o endereço do sítio eletrônico do órgão metrológico competente o qual contém tal informação;
- III o número do teste, a medição realizada, o valor considerado e o limite regulamentado em miligramas por litro (mg/L). " (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial.





de 2021.

Sala da Comissão, em de

# CHRISTIANE DE SOUZA YARED PL-PR



